

Empresários e intelectuais pedem discussão de medidas econômicas

— Marchar para a abertura política e conservar a ditadura econômica, como vem fazendo o Brasil, é uma orientação que se choca com todos os princípios da ciência política — afirmou ontem o Professor Afonso Arinos de Mello Franco, ao comentar a decisão dos Ministros da área econômica, no sentido de mais uma vez adotar um pacote de medidas sem consulta ao Congresso Nacional e à população.

No seu entender, existe uma conexão indissolúvel entre economia e política; por isso, disse, não haverá solução para os problemas econômicos que não seja por intermédio de medidas na área política. Daí a necessidade de coordenar e consolidar a restauração da democracia, "sem que se assista a um processo de sucessão do Presidente da República que só comprova que a abertura política não é autêntica".

Afonso Arinos revela que é ruim sua expectativa em relação ao novo pacote econômico, ao mesmo tempo em que critica o aprisionamento crescente da economia nas mãos do Estado. E o Professor vai mais longe: ele acha que o País terá que renegociar sua dívida externa, mas a nível político. Ou seja, não mais com o sistema financeiro internacional, mas com os governos dos países credores.

ECONOMISTAS

Para o economista Carlos Lessa, as repetidas ausências de consulta do Governo ao Congresso Nacional comprovam que, apesar das eleições de 15 de novembro, não houve mudança profunda na natureza do regime político brasileiro:

— E um equívoco — afirmou — considerar que as eleições diretas garantiram a constituição da ordem democrática. Não houve nenhuma mudança no estilo e todas as práticas tradicionais continuam. Ou seja: o regime continua autoritário.

Ele não concorda com algumas justificativas timidas no sentido de que o Congresso não está composto de pessoas pre-

paradas para analisar questões econômicas. A seu ver, as pessoas que lá estão foram escolhidas pelo povo brasileiro e, para opinar sobre qualquer assunto, se informarão a respeito. Portanto, Lessa considera que, na medida em que o Congresso se tornar uma instância importante para decisão das questões econômicas, ganhará maior eficácia e profundidade.

O economista também ressalta um fator importante: as medidas que estão sendo antecipadas como integrantes do novo pacote econômico jamais seriam aprovadas pelo Congresso Nacional; nem mesmo o parlamentar mais conservador — disse ele — poderia dar parecer favorável.

O Secretário de Fazenda do Rio de Janeiro, economista Cesar Maia, retrata fielmente em sua administração o que está acontecendo no País nos últimos dias — ele aguarda a definição do novo pacote econômico para definir a orientação para cobertura do fluxo de caixa estadual. Os rumores de que as decisões só seriam anunciadas na próxima semana deixaram Maia assustado:

— Isso seria catastrófico para o Rio de Janeiro. O Governo estadual sabe que não estão por vir flores e doces, mas mesmo discordando, é preferível que se conheça as regras do jogo.

Entre os diversos rumores que circulam ontem a respeito das medidas, o Secretário de Fazenda tem particular interesse em confirmar um deles: o de que o pacote incluirá orientação sobre o endividamento dos Estados no atual exercício. Até que tenha a definição, ele conseguiu equacionar a cobertura diária do fluxo de caixa com a entrada da arrecadação do período anterior. Mas isso — declarou — só dará para respirar até a divulgação do pacote.

OS EMPRESÁRIOS

Falando na condição de Senador (PDS-SE) e de Presidente da Confederação Na-

cional da Indústria (CNI), Albano Franco lamentou que, mais uma vez, as lideranças e o Congresso Nacional não tenham sido ouvidos sobre as medidas a serem anunciadas pelo Governo para a área econômica:

— Torço e rezo para que as medidas surtam efeito, mas reclamo mais uma vez que a abertura chegue à área econômica — declarou Franco, anunciando que, no dia 14, a diretoria da Confederação se reunirá para definir o pensamento da entidade em relação às medidas anunciadas.

O Presidente da CNI, frisou que o empresariado privado defende a continuidade dos investimentos públicos. A seu ver, a eliminação gradual dos subsídios à agricultura deve vir acompanhada de crédito farto e juros mínimos para o setor.

Por sua vez, o Presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Ruy Barreto, lembrou que é antiga a reivindicação do empresariado no sentido de participação das decisões econômicas. Caso se consumasse a consulta às classes empresarial e política — afirmou — as responsabilidades seriam divididas e a abertura começaria a se consolidar.

— Mas acho que o Governo, finalmente, tomará as medidas corretas para reduzir a inflação e os juros e, com isso, permitir a reativação da atividade produtiva no País. Desta vez, estou esperançoso e acho que não vai haver frustração.

Para o ex-Senador (PDS) e atual Diretor do Banco do Rio de Janeiro, Célio Borja, a falta de consulta do Governo à sociedade nas decisões da esfera econômica tem sua origem no fato de o País não viver sob regime parlamentarista. Ele explicou que, nos sistemas presidencialistas, como o do Brasil, o Congresso só intervém na adoção de medidas econômicas que, pela Constituição, devam assumir a forma de lei. Isto dá ao Executivo ampla liberdade e faz com que seja menos sensível à opinião pública.